

O Globo, 17 de setembro de 2021

Entenda como a inflação acabou com o espaço para gastos sociais no Orçamento de 2022

Por: Fernanda Trisotto e Stephanie Tondo

BRASÍLIA E RIO - A inflação corroeu grande parte do espaço fiscal que governo esperava ter no ano que vem para aumentar o gasto com programas sociais e obras em ano eleitoral. As contas revisadas apresentadas na quinta-feira pela Secretaria de Política Econômica (SPE) mostram que o governo agora espera que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que corrige salário mínimo, aposentadorias, pensões e outros benefícios sociais, chegue ao fim do ano em 8,4%. Um salto em relação aos 6,2% estimados há dois meses, na elaboração do Orçamento.

Pela lei do teto de gastos, o crescimento das despesas públicas é limitado à inflação do ano anterior medida pelo IPCA. Pelas contas de especialistas, a folga fiscal seria em torno de R\$ 30 bilhões.

Isso porque em julho, quando o orçamento foi elaborado pelo governo, havia a expectativa que a inflação medida pelo INPC ia se reduzir no segundo semestre, ou seja, a inflação do fim do ano seria menor que a projetada em julho.

Mas, com a crise hídrica, alta do dólar e piora das perspectivas econômicas, ocorreu o contrário: o INPC deve ser maior que o previsto, “comendo” a margem fiscal. Com isso, esse espaço caiu para R\$ 16 bilhões, nas contas do economista Daniel Couri, diretor do Instituto Fiscal Independente (IFI).

Segundo Juliana Damasceno, da FGV, o INPC sempre tem vindo mais baixo, ajudando nas contas públicas:

— O INPC costuma ser benevolente e gerar uma margem no Orçamento que permite, na prática, um aumento de despesas. Só que diversos fatores, alguns esperados, outros nem tanto, aceleraram a inflação no segundo semestre.

O gasto obrigatório indexado ao INPC vai subir R\$ 17 bilhões, segundo Couri. Isso reduz a margem para obras e o novo programa social em 2022. O salário mínimo de 2022, em vez de R\$ 1.164, deverá ser de R\$ 1.192.

— Cada ponto percentual a mais do INPC eleva os gastos públicos em R\$ 8,1 bilhões.

Na divulgação do novo boletim, o titular da SPE, Adolfo Sachsida, afirmou que a subida da inflação não vai descontrolar os gastos do governo:

— O que acontece é que com o INPC mais alto, as despesas obrigatórias vão aumentar e nós teremos de readequar as nossas despesas discricionárias (não obrigatórias)

Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, tem estimativa mais apertada ainda. A folga fiscal cairia para cerca de R\$ 10 bilhões.

—Uma margem muito pequena para um país que viu o aumento no número de pobres e desempregados, que precisa ampliar gastos sociais.

Outro problema está nas projeções do governo para o crescimento econômico de 2022, aponta Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. O governo

manteve a previsão de alta de 2,5% do PIB para 2022, enquanto o mercado já prevê menos 1%, o que diminui a arrecadação federal.

— Como você explica um crescimento abaixo de 1% para um mundo crescendo 5%? Não é só a pandemia. O culpado para a economia estar desse jeito é o próprio governo. A política tem um peso extremamente importante.

Inflação maior em 2022

Sachsida afirmou que quando as reformas forem aprovadas, as projeções para o PIB vão melhorar.

— A reforma do Imposto de Renda e a PEC dos Precatórios, junto com a nossa agenda, vai dar segurança ao mercado, e o nível de ruídos vai cair. Tenho certeza que as expectativas de crescimento para 2022 vão melhorar bastante.

O secretário disse que ainda há que se resolver a questão dos precatórios no Orçamento. Essa despesa, que este ano foi de R\$ 54,7 bilhões, vai subir para R\$ 89,1 bilhões em 2022. A secretaria também revisou para cima a projeção do IPCA de 5,9% para 7,9%. O índice serve de referência para sistema de metas do governo. Para este, pode oscilar entre 2,25% e 5,25%.

Link para a matéria original:

<https://oglobo.globo.com/economia/entenda-como-inflacao-acabou-com-espaco-para-gastos-sociais-no-orcamento-de-2022-25200882>

